



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia
Rua São Luiz, nº 77, Bairro Santana - Fone: (51) 3320.2100 – CEP 90620-170 - Porto Alegre – RS
www.crea-rs.org.br

FASE RECURSAL – MANIFESTAÇÃO

De: Pregoeira Crea-RS

Para: Licitantes

Data: 07/07/2025

Ref.: Pregão Eletrônico nº 90009/2025 - Protocolo: 2025.000005489-3

Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços Gerais, Limpeza, Conservação e Recepção, com fornecimento de equipamentos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, visando suprir a falta de mão de obra para realização dos serviços gerais principalmente nas dependências no prédio Sede do CREA-RS, calçadas e praça adjacente, em Porto Alegre/RS.

Recebido em tempo hábil o recurso interposto pela empresa B SERVICE PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 29.639.536/0001-33, em face da habilitação da empresa JCI SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 34.588.767/0001-03, com apresentação de contrarrazões, tem a Pregoeira do Crea-RS a manifestar-se:

DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE:

Resumidamente a recorrente alega no recurso (documento nº 3047248) que a planilha de preços apresentada pela JCI SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA cotou o adicional de insalubridade de 40% sobre o salário proporcional quando o cálculo de insalubridade a ser aplicado é de 40% é sobre o salário normativo, afetando com isso TODOS os valores e/ou encargos que advém do valor base salarial, ou seja, esse aumento afetaria os valores além da insalubridade em si, do FGTS, INSS, FÉRIAS, 13, AVISO PREVIO, IMPOSTOS e outros, majorando o valor final do empregado, não mantendo o valor vencedor proposto.

DA CONTRARRAZÃO:

Nas contrarrazões (documento [3061456](#)) a empresa JCI SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA alega que o cálculo foi efetuado corretamente e que *“Para jornadas inferiores a 44 horas semanais, será utilizado o salário normativo proporcional.”*

DO PARECER JURÍDICO:



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul
Serviço Público Federal - Órgão de Fiscalização da Engenharia e Agronomia
Rua São Luiz, nº 77, Bairro Santana - Fone: (51) 3320.2100 – CEP 90620-170 - Porto Alegre – RS
www.crea-rs.org.br

Ainda que a própria Convenção Coletiva autorize que, para jornadas inferiores a 44 horas semanais, seja utilizado o salário normativo proporcional, tal não significa que o adicional de insalubridade obedeça à mesma proporcionalidade, pois, como reiteradamente decidido pelo C. TRT desta Região:

*RECURSO ORDINÁRIO DA RECLAMANTE. BASE DE CÁLCULO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. A norma coletiva aplicável à categoria da reclamante não estabelece base de cálculo do adicional de insalubridade proporcional à carga horária. A jornada reduzida e o consequente pagamento de salário normativo proporcional **não dão ensejo ao cálculo do adicional de insalubridade sobre valor inferior ao mínimo**, pois referido adicional é pago independentemente da jornada cumprida pela trabalhadora. Recurso provido, vencida a Relatora.
(TRT da 4ª Região, 4ª Turma, 0020041-89.2023.5.04.0019 ROT, em 08/08/2024, Desembargadora Ana Luiza Heineck Kruse)*

Portanto, entendo que a empresa JCI Serviços Terceirizados Ltda não agiu em conformidade com a CCT ao calcular o adicional de insalubridade. “

DA DECISÃO DA PREGOEIRA:

Diante de todo o exposto, com fulcro no Art. 165 da Lei 14.133/2021 e com base no Parecer Jurídico, esta Pregoeira decide por receber o recurso da Empresa B SERVICE PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, julgando-o **PROCEDENTE**.

No entanto, conforme prevê a IN05/2017 erros no preenchimento da planilha de preços não são suficientes para desclassificação da proposta quando possível seu ajuste, sem que haja alteração no valor final, a saber: “7.9. Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação”.

Neste sentido, o procedimento licitatório retornará para a fase de julgamento/habilitação do item para convocação da empresa JCI Serviços Terceirizados Ltda de envio de planilha de preços retificada sem alteração no valor final de sua proposta e fases seguintes do certame.

O recurso será divulgado nos seguintes endereços:

- Site do Crea/RS (<https://www.crea-rs.org.br/site/index.php?p=internalicitacoes>)
- Website de realização do certame (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

PUBLIQUE-SE!

Luci Prates da Silva
Pregoeira Crea-RS